

ALGUNS LOGRADOUROS PÚBLICOS DE CAMPINAS: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Duílio BATTISTONI FILHO

Qualquer razoável manual de estudos sobre desenvolvimento urbano na Europa registra que, entre a segunda metade do século XV e o século XVIII, significativas intervenções transformaram as paisagens de suas principais cidades.

Entretanto, recuemos um pouco no tempo e podemos verificar que na Idade Média, a praça era uma regalia no acanhado tecido intramuros. As cidades quase não possuíam áreas abertas não-religiosas nos limites do espaço construído (fora e dentro do muro) e, quando existentes, serviam para recreação ou treinamento militar. As "piazzas" italianas abrigavam rituais de variada natureza, religiosas ou seculares como: casamentos, funerais, execuções, comemorações, torneios, corridas, encenações teatrais. Na Espanha, a "plaza mayor" medieval situava-se deslocada do centro urbano, muitas vezes extramuros.

A vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática. A cultura popular, não-oficial, dispunha, na Idade Média e ainda durante o Renascimento, de um território próprio e de uma data própria: a praça e os dias de festas e de feira. O primeiro grande espaço aberto europeu foi a praça de São Pedro em Roma, obra maiúscula de Lorenzo Bernini, no século XVII.

O plantio de árvores em praças não era usual na Idade Média. A natureza organizada em forma de jardins comparecia em espaços privados, como claustros conventuais. Os famosos jardins de Versalhes, construídos na época de Luis XIV, estavam reservados ao rei e à nobreza.

Entretanto, foram franqueados ao público no reinado de Luis XV e, constituíram, no momento de sua abertura, no espaço cotidiano na Europa.

A partir do século XV as praças se transformam em passeios ajardinados. Era comum a reunião de pessoas, ver homens e mulheres bem vestidos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a mulheres. Os jogos sociais e sexuais com a tácita concordância entre seus praticantes, tudo isso tinha como palco magnífico os jardins públicos.

Um dos aspectos marcantes no ambiente dos jardins era a germinação da idéia do silêncio em público: as pessoas poderiam apenas passear ou ficar sentadas, em silêncio. Os antigos privilégios da praça pública em festa restringiam-se cada vez mais. Efetivamente, da concentração complexa e caótica da praça, buscou-se a concentração organizada e elegante do jardim. Praça pública e jardim público abrigavam, dos séculos XVI ao XVIII, a convivência dos opostos. Talvez o jardim como antídoto moderno à praça medieval. O jardim como a antítese da praça.¹

O primeiro Passeio Público ou Jardim Público criado na América foi o do México em 1592. No Brasil o primeiro foi o do Rio de Janeiro cujo desenho original coube ao Mestre Valentim. Na segunda metade do século XIX, o Passeio Público foi totalmente remodelado pelo paisagista francês Glaziou. Alguns viajantes europeus, nessa ocasião, deixaram impressões lisongeiros sobre esse logradouro. Para John Luccock, comerciante inglês que esteve no Rio de Janeiro no período de 1808 a 1818 era um dos lugares mais aprazíveis do Rio. O cônego Luís Gonçalves dos Santos, alcunhado de Padre Perereca, em seu livro "Memórias para servir à História do Reino do Brasil", publicado em 1825, nos diz que "este terreno do qual se gozaa mais bela vista da barra é totalmente lajeado de pedra mármore e tem assentos, por um e outro lado, também de pedra". Apesar do desleixo das autoridades municipais ainda é um dos cartões-postais do Rio de Janeiro.

(1) Segawa, Hugo. AO AMOR DO PÚBLICO: JARDINS NO BRASIL. São Paulo: Studio Nobel, 1996, p. 49.

Em São Paulo o primeiro logradouro a ter o nome de jardim foi o da Luz, que ainda conserva o nome e que continua sendo um dos locais mais encantadores dos paulistanos.

Em Campinas, o jornalista Henrique de Barcelos, numa crônica publicada em 1897, traça um retrato pessimista da urbe campineira em 1869: "A cidade era uma mesquinha aldeia. Não havia calçamento. Na rua Direita, os quarteirões hoje mais freqüentados da cidade, apenas algumas tiras de pedras bicudas, terror dos calos e alegria dos sapateiros. Na rua do Comércio havia buracos enormes onde cabia um homem. A Igreja do Rosário era então a única decente. A Matriz Nova com uma fachada de taipa era uma ruína. Dentro chovia, e foi milagre conservarem-se restos dos primores de Vitoriano dos Anjos. No Largo do Rosário, da Cadeia e do Teatro, a erva crescia. Os meios de comunicação eram difíceis. De cinco em cinco dias, é que chegavam os jornais da Corte. Falava-se vagamente na criação da linha paulista de Jundiaí esta cidade. Em outras cidades, como Limeira, havia iluminação pública a querosene. Entre nós, antes da inauguração do gás, em 1875, não havia iluminação de espécie alguma. As raras companhias que aqui vinham pouco faziam, os freqüentadores contavam-se. Nos camarotes não havia cadeiras. As famílias adotaram então o meio de mandar cadeiras para o teatro. Nos intervalos tomava-se chá e saboreava-se cuscuz².

Apesar dos exageros do citado jornalista, Custódio Manuel Alves afirmava que havia pavimentação em três ruas. Eram elas: parte da quadra da atual Dr. Quirino (rua do Meio), a atual Barreto Leme (rua da Matriz Velha) e a atual Francisco Glicério (rua do Rosário).

Diante desse quadro a Gazeta de Campinas, em 1871, alertava a Câmara Municipal para incluir no orçamento da cidade uma parcela referente à iluminação pública. O mesmo jornal comentava que "a nossa cidade é uma daquelas onde o asseio público das ruas nunca se fez recomendar como exemplo para ser imitado em parte alguma".

Inaugurada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, na falta de um local apropriado para reuniões familiares, já que o Teatro São Carlos estava reservado para a elite, tornou-se moda entre as

⁽²⁾ Mendes, José de Castro, HISTÓRIA DE CAMPINAS, CORREIO POPULAR, 8/8/1968, p. 5.

famílias campineiras o passeio pela gare da Estação, todas as tardes à espera dos trens que chegavam de São Paulo.

A população, contrariada, passa a exigir reformas urgentes, pois queria uma praça, um Passeio Público, como já existia em outras cidades. As praças existentes eram redutos de cães vira-latas, a maioria sem dono obrigando a Câmara, através de um Código de Posturas, determinar que os donos cuidassem de tirar das ruas os animais mortos e ordenar aos seus fiscais o seu extermínio. Alguns queriam no Largo Municipal, num terreno do antigo bairro do Cambuizal; outros, no Largo do Mercado, mais central. Depois de muitas discussões que pareciam intermináveis, a Câmara optou pelo primeiro, onde hoje está o Centro de Convivência Cultural.

Ali nasceria o Passeio Público ou Jardim Público. A Gazeta de Campinas aplaudiu a iniciativa da Câmara, em dezembro de 1877: "Bella e agradável reunião no vasto Passeio Público (...). Os jardins estão começando a florescer, as árvores crescem (...) de modo que daqui a pouco tempo estará o Passeio Público de Campinas rivalizando-se com os melhores de outras cidades". E anunciaria para domingo de Natal daquele ano uma retreta com a Banda de Música do conceituado maestro Azarias.

Diferentemente de outras praças centrais que abrigavam feiras livres, exposição de escravos ou eram apenas locais de passagem, o Jardim Público foi praticamente o primeiro espaço coletivo da cidade ao ar livre onde a sociabilidade, com sabor de lazer, floresceu.

Em 1879, depois de uma campanha entre moradores ilustres da cidade, que deram dinheiro e fazendeiros renomados que ofereceram plantas e emprestaram escravos para o seu melhoramento, o Jardim Público, iluminado com lanternas japonesas, foi oficialmente inaugurado ao som das Bandas de Música.

A 14 de maio de 1880 promovia-se um festival com as bandas de música de Santana Gomes, União dos Artistas e Sociedade Carlos Gomes, oferecendo-se algumas senhoras para coletar donativos destinados à compra de bancos para o local.

Outros melhoramentos posteriormente foram introduzidos no logradouro como o Quiosque-bar, a gruta de cimento, lago artificial, um pequeno jardim botânico e o chafariz Paulo e Virgínia. Em um

domingo, a 18 de fevereiro de 1883, inaugurava-se o coreto de ferro trabalhado, oferta do comendador Guilherme Lidgerwood, importante industrial da cidade. Abrindo um parênteses que se impõe, lembramos que, culturalmente o coreto representa uma projeção da sociedade européia da segunda metade do século passado, com sua predileção por jardins, música e passeios ao ar livre, presentes na pintura de Ingres, Seurat, Manet e Degas³.

Nesta época do imperialismo inglês, da Segunda Revolução Industrial, surge a arquitetura de ferro e o coreto adquire notoriedade, presença obrigatória em muitas cidades brasileiras. Era dotado de escadas e peitoris de ferro fundido e coberto com lâminas de ferro galvanizado ou zinco. Hoje, os coretos estão praticamente abandonados, vazios, lembrando uma época romântica que já vai longe. Infelizmente, hoje, os nossos jovens preferem a música das discotecas, os video-games, os shows que normalmente a televisão apresenta. Ainda recordamos a marchinha carnavalesca dos anos 50 que dizia:

"Todo domingo
 havia banda
 no coreto do jardim
 Inda de longe
 já se ouvia
 a tuba do Serafim".

Mas voltando ao Passeio Público, o cronista campineiro Leopoldo Amaral comentava as festividades dizendo "que o local se achava lindamente preparado de flâmulas de cores, bandeiras de nacionalidades diversas, vistosos arcos de folhagens e flores, em que se viam estes dísticos - À Guilherme Lidgerwood, Campinas agradece"⁴.

O jardim estava repleto de famílias e gente de toda classe social. Admiravam a elegância do pavilhão todo de ferro, tendo no forro, no centro, um bonito lustre de metal amarelo, para iluminação a gás, representando galhos e folhas das nossas matas, entre as quais se viam pássaros pousados. Quando na época da reforma da iluminação, tal lustre foi substituído por uma lâmpada elétrica de arco.

³ Mello, José Octávio de Arruda. OS CORETOS NO COTIDIANO DE UMA CIDADE, Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990, p. 81.

⁴ Amaral, Leopoldo, CAMPINAS RECORDAÇÕES, Secção de obras d'"O Estado de São Paulo", 1927, p. 319.

Campinas contava então com o seu Passeio Público grandemente enriquecido com a colaboração da iniciativa particular, como vimos. Concertos musicais eram ali realizados por eminentes corporações, assim como quermesses realizadas em benefício do Asilo de Órfãs, do Centro de Ciências, Letras e Artes e pró construção do monumento aos voluntários de 1932.

O Jardim Público teve um significado importante na vida social de Campinas no final do século XIX e nos primeiros decênios do XX. Representou um espaço de lazer laico, não mais sob a tutela e vigilância da Igreja que até então ordenava os festejos por ocasião das datas religiosas. Não foi, entretanto, uma iniciativa da sociedade civil organizada, mas apenas a ocupação do espaço da Igreja pelo Estado na ordenação das relações sociais. Ao invés da Igreja, o Palácio, no lugar do adro, o Jardim, em vez das ladainhas, as polkas e dobrados das bandas oficiais.

O Jardim Público passou por amplas reformas, transformando-se num belo Parque Infantil. Desapareceram algumas espécies da flora, o lago artificial, o chafariz, a gruta, e o seu coreto foi transferido para a praça Correia de Lemos na Vila Industrial⁵.

Atualmente, a praça Imprensa Fluminense, o antigo Jardim Público, acha-se quase que totalmente descaracterizada com o corte de muitas árvores e um desenho modificado com a construção do teatro interno. Entretanto, por mais de oitenta anos serviu à população campineira como ponto de agradáveis reuniões sociais e de sadios divertimentos.

Toda grande cidade brasileira, como sabemos, teve a sua origem no "roçio", que era um terreno que o povo roçava para proveito próprio atendendo a finalidades políticas, urbanas e econômicas. Campinas não fugiu à regra. Tal terreno foi doado por Francisco Barreto Leme, fundador da cidade, que cedeu parte de sua propriedade à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. Iniciava-se a partir do córrego do Barbosa, depois chamado Serafim (atual córrego Anhumas, na avenida Orozimbo Maia) até na direção para Jundiá e São Paulo. Contudo, com a expansão da cidade e fugindo das ruas centrais acanhadas, que

⁽⁵⁾ Mendes, José de Castro. HISTÓRIA DE CAMPINAS, CORREIO POPULAR, 22/08/1968.

Saint-Hilaire tão bem as descreveu, pergunta-se: como eram abertas, traçadas, demarcadas e construídas as novas ruas que iriam aparecer na época imperial? A resposta está na figura do "arruador", profissional dos mais gabaritados, nomeado pela Câmara Municipal, servindo por quatro anos. Exímio ao manejar instrumentos de medição, sua função era alinhar ruas e becos que devia ter 50 e 30 palmos de largura, respectivamente. Sempre acompanhado de um fiscal, no caso de medição de uma casa, recebia um mil réis por uma frente; por duas ou mais, mil e quinhentos réis. Era escolhido entre profissionais competentes, como engenheiros, arquitetos e, na falta destes, mestres carpinteiros. Na primeira metade do século XIX, observamos que as Posturas eram rigorosas, já que todo tipo de construção e terreno devia obedecer ao alinhamento⁶.

É importante destacar que ao arruador coube a retificação do desenho urbano de Campinas, nos momentos históricos mais significativos de sua existência, desde a época colonial até a fase burguesa, a partir da década de setenta do oitocentos.⁷ É quando a cidade entra na fase da "modernidade" com um crescimento incomum, pois é uma das primeiras cidades do Brasil a ter telefone, cinematógrafo, gravador e outros melhoramentos. Todavia, em termos urbanísticos Campinas era pobre e o arruamento era definido pelas casas sem preocupações com o traçado rígido de influência renascentista.

O Código de Posturas de 1880 aprova a metragem para ruas e travessas, mostrando o alargamento dos espaços públicos, aparecendo pela primeira vez a palavra avenida. Esse novo tipo de via, reta, comprida, com largura de quinze metros e nem sempre arborizada, não será criado no centro histórico, o que naturalmente implicaria altas somas financeiras de desapropriação. Contudo, a expansão horizontal da cidade já permite no século XIX que se abram as primeiras avenidas perimetrais, possivelmente concebidas originalmente como ruas. É o caso, por exemplo, da Andrade Neves, construída durante a implantação da Estrada de Ferro Paulista e importante acesso ao bairro Bonfim. Outra avenida importante foi a Barão de Itapura, primeiro bulevar campineiro, depois transformada

⁽⁶⁾ Lapa, José Roberto do Amaral. A CIDADE: OS CANTOS E OS ANTROS: CAMPINAS 1850-1900, São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 42.

⁽⁷⁾ Idem, *Ibidem*.

em via pública de serviços. Finalmente a Júlio de Mesquita, típica via da burguesia campineira originária do café⁸.

Um passeio pelas ruas ao final do século XIX podemos observar que os nomes de muitas delas provêm de eventos nacionais e locais. Assim, com a guerra do Paraguai temos denominações em homenagens às batalhas ganhas e aos seus heróis, como foi o caso das ruas General Osório, Duque de Caxias, Riachuelo, Aquidabã, esta depois transformada em avenida. Com o advento das ferrovias, muitos de seus diretores serão homenageados: Saldanha Marinho, Visconde de Parnaíba e Senador Saraiva. Oportuno acrescentar que com a proclamação da República os antropônimos aumentam nas placas das ruas como: Benjamim Constant, Marechal Deodoro e Floriano Peixoto. Em São Paulo, não podemos esquecer, a praça da República.

A rua da Ponte ficou conhecida com esse apelido por ter uma ponte de pranchões situada na esquina da atual avenida Anchieta, que não existia na época. Essa ponte ligava aquela rua com o largo de Santa Cruz. É a atual Major Solon.

Num vôo rasante sobre o xadrez das ruas imperiais de Campinas temos um caso interessante: o da rua das Flores, aberta em 1853, pura imitação de sua congênere lisboeta da era seiscentista e louvada por Eça de Queirós. Mas havia também em outros países, como por exemplo, na França, onde o escritor Gustave Flaubert a menciona em um de seus romances. Segundo o historiador campineiro Benedito Octávio, a rua das Flores, atual José Paulino, teve essa designação devido à grande quantidade de rosas brancas silvestres em quase toda a sua extensão.⁹ Rezam as crônicas que nesse local foi encontrada assassinada a mulher de Maneco Músico, Fabiana Maria, mãe de Carlos Gomes.

A rua tem um significado todo especial para qualquer pessoa. Ainda observamos a velha cantiga de roda ou modinha muito cantada por adultos e crianças. Quem não se lembra de ter ouvido em algum lugar:

Se esta rua, se esta rua fosse minha
Eu mandava, eu mandava ladrilhar

⁽⁸⁾ Goulart, Edmo. RUAS DA ÉPOCA IMPERIAL Campinas, Edit. Maranata, 1983, p. 117.

⁽⁹⁾ Apud, Mendes, José de Castro, HISTÓRIA DE CAMPINAS. CORREIO POPULAR, 8/8/1968.

com pedrinhas, com pedrinhas de brilhante só para, só para meu bem passar.

Em tempos remotos era praxe escrever o nome da rua na parede. Somente a partir de 1880 é que aparecem as placas metálicas. Era comum dar às ruas nome de santo tais como: rua São João, atual Visconde do Rio Branco, naquele tempo centro de ruidosas festas, com balão e foguetório, durante as comemorações dedicadas a São João Batista. A rua Santo Antonio, atual avenida Campos Sales, foi também chamada de Bom Jesus. Naquele tempo as festas ao Senhor Bom Jesus eram das mais populares. Diz a lenda que no Cambuizal havia uma velhinha que guardava uma imagem de Cristo muito milagrosa, e muitas pessoas acorriam ao seu modesto casebre em busca de milagres. Nessa rua, esquina com a José Paulino, havia a casa de negócios de José Mendes Ferraz que vendeu os primeiros pianos na cidade. Também na esquina com a rua Ernesto Kuhlmann aconteceu o primeiro caso de febre amarela que se espalhou por toda a cidade. A rua Regente Feijó, uma das vias mais importantes da cidade, chamada antigamente de rua da Matriz, tinha um acentuado caráter político e musical. Foi nessa rua que nasceu o nosso maestro Carlos Gomes. Nela localiza-se o Palácio dos Azulejos que pertenceu ao Barão de Itatiba, Joaquim Ferreira Penteado por ele construído em 1878 e onde funcionou a Prefeitura Municipal entre 1908 a 1969. Ainda contém um pátio interno onde existe até hoje um raro exemplar de árvore chamado Ginkgo de origem asiática, plantado por um horticultor francês por determinação do barão. Por ser de prolongada construção, havia um grande portão para a entrada das carruagens¹⁰.

Não há registros escritos que nos aponte quando foram introduzidas as calçadas em Campinas. O médico americano Joseph Cooper Reinhardt, mais conhecido pelo pseudônimo de H. Lewis, nos deixou em 1863 um desenho mostrando uma rua central sem calçadas, embora o seu leito carroçável fosse pavimentado. Com o processo de urbanização, muitos melhoramentos são introduzido nas residências campineiras na virada do século, como por exemplo, salas amplas e confortáveis, garagens, fogão elétrico e até banho quente. Os tempos eram de excitação e de surpresas. A maioria dos fazendeiros da região

⁽¹⁰⁾ Pupo, Celso Maria de Mello, CAMPINAS, MUNICÍPIO NO IMPÉRIO. São Paulo Imprensa Oficial do Estado, 1983, p. 51.

tratava de acelerar a mecanização da lavoura e trocar o cabriolé pela novidade mecânica, o automóvel. Com a ascensão deste já começam os atropelamentos. Conta-se que em 1915 a imprensa destaca um grave acidente de automóvel na rua Barão de Jaguará com ferimento do motorista. Nessa mesma rua aconteceu um fato curioso: os fregueses do bar Cristofani ouviram um tuf-tuf se aproximando e quando saíram à calçada para ver o que era, presenciaram um espetáculo inédito: um pequeno automóvel Fiat 1901 avançava entre os cavalos amarrados aos postes e às árvores e estacionava bem defronte do bar. Perplexos, viram uma mulher saltar da direção, entrar no bar e comprar uma carteira de cigarros. Viram-na sair em seguida, saltar de volta ao carro e partir deixando uma leve nuvem de poeira no ar. Os fregueses do Cristofani nunca tinham visto nada parecido. Primeiro, um automóvel de verdade, desses que só se viam no cinema ou nos anúncios dos jornais paulistanos ou do Rio. Depois, uma mulher que entrava no bar e comprava cigarros¹¹.

Quanto aos becos provenientes do século XIX, muitos já ouviram falar do Beco do Inferno, ruela que liga a rua Lusitana à praça das Andorinhas. Era ponto de reunião de vagabundos e prostitutas que promoviam algazaras e arruaças perturbando o sossego público. Agora seu nome é travessa São Vicente de Paulo, por indicação do vereador Ralfo Pacheco da Silva, na reunião ordinária de 2 de julho de 1906 em reconhecimento aos serviços prestados pelas Conferências São Vicente de Paulo à pobreza. O Beco do Rodovalho, situado entre a rua Conceição e Cesar Bierrembach, teve esse nome como uma justa homenagem a Antonio Rodovalho & Irmão, dono de uma firma comercial dedicada à refinação de açúcar. Em 1872, por proposta do Dr. Ricardo Daunt, tal ruela recebeu o nome de Domingos da Costa Machado, neto de Barreto Leme, primeira criança batizada na pia paroquial. Contudo, o povo não acolheu essa denominação, preferindo o nome Rodovalho, que era muito popular.

Finalmente, algumas considerações sobre o pátio. Antigamente a palavra servia também para designar os terreiros de chácaras e sítios. Na Bahia ainda se conserva um local público com este nome. Não nos esqueçamos do Pátio do Colégio de São Paulo.

⁽¹¹⁾ Gomes, Eustáquio, DA VIRADA DO SÉCULO AOS ALEGRES ANOS 20. Correio Popular, 14/07/1995, p. 29.

Até o século XVIII as igrejas tinham adros segundo a documentação histórica existente nos Assentos, Inventários e Testamentos. O cronista Pedro Taques localizou o começo da luta entre os Pires e Camargos, em 1642, no pátio da Matriz de São Paulo, pois ainda não havia Sé.¹²

O pátio da Matriz sempre foi o coração da cidade. Local preferido das cavalhadas, festas do Divino e também dos exercícios militares das Companhias de Ordenanças, substituídas em 1831 pela Guarda Nacional. Era também o local dos leilões, festas cívicas e religiosas, além do costume holandês das quermesses.

O Largo da Catedral de Campinas era, e é o coração da cidade centro de manifestações cívicas e religiosas. Os campineiros mais antigos ainda se lembram dos famosos Congressos Eucarísticos realizados na praça e de construções importantes como o sobrado de Felipe Nery Teixeira e o de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, denominado Casa Grande, mais tarde transformado em Grupo Escolar, em 1902. Passada a crise da febre amarela, a cidade passa por uma nova fase de desenvolvimento. Visitando a cidade em 1929, o escritor Humberto de Campos - uma celebridade na época - anotou em seu diário: "é a cidade ideal para a formação de um lar. A principal vantagem que vejo é a ausência de adventícios, de quartéis e soldadesca errando pelas ruas". Sob esse aspecto, a Campinas de hoje nada tem a ver com a que Humberto de Campos viu em 1929: além da qualidade de vida e variedade de quartéis que a cidade abriga, mais de 80% de sua população atual é constituída de adventícios. Felizmente, alguns logradouros continuam belos e majestosos apesar da incúria de nossas autoridades que teimam, muitas vezes, em não preservá-los.

Hoje, com raríssimas exceções em algumas cidades, não se faz mais o tradicional "footing", notadamente pelos jovens que preferem andar pelos "shopping Centers".

É o progresso.

⁽¹²⁾ Almeida, Aluísio de. TOPÔNIMOS URBANOS PAULISTAS. Suplemento Cultural do Estado de São Paulo, 1974, p. 9.